

Saúde Reprodutivo-Preventiva em Comunidades Populares: um Programa de Extensão

Área Temática de Saúde

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar um programa de pesquisa e extensão em andamento que visa implementar e monitorar um Programa de Formação e Atualização de Multiplicadores e de Agentes Comunitários de Saúde em Educação Popular. Em termos específicos, objetiva produzir conhecimento sobre saúde comunitária; instrumentalizar reflexões e ações propositivas de moradores e de profissionais de saúde e educação sobre saúde reprodutivo-preventiva da mulher. Em sua elaboração e execução recorreremos a metodologias e técnicas participativas (diagnóstico participativo, dramatizações, produção de textos e oficinas de vivências), visando os seguintes resultados: a elaboração e execução de um Programa Informação, Educação e Comunicação/IEC em Saúde Comunitária; a atualização do texto de comunicação popular (cartilha) e o intercâmbio técnico-acadêmico interinstitucional. Em suma, articula-se um programa de ensino e extensão e uma proposta de intervenção direta, buscando promover e fortalecer a participação de vários e distintos segmentos da sociedade no acompanhamento e aprimoramento das políticas públicas de saúde no âmbito local.

Autores

Maria de Fátima Lopes - Doutora em Antropologia Social.

Patrícia Gouveia - Doutora em Antropologia Social.

Paula Dias Bevilacqua - Doutora em Epidemiologia.

Alice Inês de Oliveira e Silva - Doutora em Antropologia Social.

Claudia Auxiliadora Caetano de Aguiar - Graduanda em Economia Doméstica, bolsista de Extensão.

Instituição

Universidade Federal de Viçosa - UFV

Palavras-chave: saúde reprodutivo-preventiva; agentes comunitários de saúde; comunidade popular.

Introdução e objetivo

Este trabalho é resultado de um projeto que está sendo desenvolvido pela linha de pesquisa denominada Corpo, Saúde e Reprodução, específica do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Gênero - NIEG, um espaço criado em 1996, que reúne profissionais e estudantes de áreas específicas do conhecimento, como Educação, Antropologia, Economia Doméstica e Epidemiologia, cuja proposta é promover discussões e debates que orientem a formação de um senso crítico acerca das questões relacionadas à Saúde Reprodutiva. Para tanto, elege o debate sobre Gênero como uma questão central.

Os projetos desenvolvidos pelo NIEG têm como marca discutir a problemática das relações de gênero, enfatizando recortes transversais, como a discussão de classe, raça e orientação sexual.

Por serem temáticas que apontam, essencialmente, para uma dimensão subjetiva, demandam um tratamento teórico-metodológico de caráter qualitativo. Daí, a necessidade de

serem construídos modelos alternativos e criativos, capazes de contemplar a riqueza e expressividade desta dimensão.

No plano da discussão teórica, a temática da Saúde Feminina permite problematizar as teorias contemporâneas de gênero e classe para além da relação 'homem-mulher', discutindo expectativas relacionais, dádivas e contra-dádivas familiares. Com isso, o que é masculino e feminino e os papéis sociais destinados a cada um dos sexos são estabelecidos social e culturalmente, sendo, portanto, susceptíveis de se modificar.

Através dos cursos de extensão promovidos pelo NIEG, temos acesso aos debates sobre gênero, corpo e reprodução, problematizando o processo de construção social das diferenças sexuais e a percepção do modo como são construídos padrões referenciais do que se concebe como masculino e feminino, particularmente, como esses padrões informam questões como sexo, sexualidade e corpo, desmistificando as mesmas enquanto categorias naturais e imutáveis, dentro de uma perspectiva construtivista (Paulilo, 1989; Sorj, 1992).

Em particular, adotar a perspectiva de gênero em um trabalho sobre Saúde Reprodutiva significa incorporar uma dimensão até pouco tempo atrás negligenciada pelas pesquisas científicas. Significa também valorizar aspectos como: desnaturalizar relações entre pessoas do mesmo sexo e de sexos diferentes que toda realidade contém e problematizar a desigualdade existente entre os diferentes sexos e o baixo status social das mulheres em relação aos homens.

Sendo a realidade percebida e estruturada dicotomicamente em espaços masculinos e femininos, a questão da saúde reprodutiva não deve ser simplificada como "problema de mulher". Ao contrário, deve ser analisada como questão de homens e mulheres e entre homens e mulheres. Mais ainda, considerada como uma problemática específica na esfera familiar.

O termo Saúde Reprodutiva vem sendo empregado desde a década de 80, apoiado na definição de saúde da Organização Mundial de Saúde. Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994, a dimensão da saúde sexual foi incorporada a esse conceito.

A partir da Conferência do Cairo, a Saúde Reprodutiva ficou definida como um estado de completo bem estar físico, mental e social em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não a simples ausência de doença ou enfermidade (Bilac e Rocha, 1998).

A saúde reprodutiva da mulher é um dos problemas mais sérios que afeta a população brasileira, ao mesmo tempo em que se constitui numa questão com grande potencial mobilizador. Segundo boletim do Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação das Nações Unidas para a Promoção da Mulher:

"A visão abrangente das atividades de reprodução humana é um excelente ponto de partida para a elaboração de estratégias de desenvolvimento sensíveis à questão de gênero. A partir do entendimento de que produção e reprodução estão interligadas na vida das mulheres, será possível ajudar reverter à situação atual, removendo-se muitos dos obstáculos que bloqueiam os caminhos para uma equitativa distribuição dos benefícios".

Assume-se, portanto, a reprodução como: reprodução biológica - gerar filhos; reprodução social - socialização de crianças, manutenção dos adultos, reprodução da força de trabalho, produção e reprodução de valores, comportamentos e idéias.

Do ponto de vista dos papéis sociais significa considerar o duplo papel das mulheres como produtoras e reprodutoras - mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora, assalariada ou não, papéis que as mulheres experimentam com maior ou menor intensidade conforme a idade, o ciclo de vida da família e o segmento de classe.

Do ponto de vista social, concentrar-se na questão feminina e inclusão social significa trabalhar numa perspectiva 'de dentro' para a construção da autonomia e da autoconfiança

que são condições primárias para a promoção do autodesenvolvimento (empoderamento) que só se concretiza a partir da compreensão dialogada e da ação focal sobre determinada realidade.

A saúde reprodutiva das mulheres não se apresenta como um problema individual, mas sim como um problema da sociedade – de mulheres e homens – uma vez que as mulheres participam de ambas as formas de “reprodução”, tanto a biológica quanto a social.

Assim sendo, este é um dos problemas mais sérios que afetam a população brasileira, razão pela qual é este o foco privilegiado deste trabalho que tem como objetivo geral implementar e monitorar um Programa de Formação e Atualização de Agentes Comunitários de Saúde em Educação Popular, articulando as redes de parcerias existentes no município de Viçosa (Universidade Federal (UFV), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Programa de Saúde da Família (PSF), Sistema Único de Saúde (SUS), Ministério da Saúde - MS). Tem como objetivos específicos produzir conhecimento sobre saúde reprodutiva da mulher, articulando estratégias de pesquisa e extensão, com o intuito de subsidiar políticas públicas na referida área; valorizar a produção e circulação do conhecimento compartilhado, criando mecanismos e canais que favoreçam sua implementação, monitoramento e divulgação; instrumentalizar reflexões e ações propositivas de moradores das comunidades e profissionais de saúde e de educação sobre saúde reprodutivo-preventiva; fortalecer uma reflexão crítica dos grupos envolvidos, articulando os problemas e desafios colocados no campo específico da Saúde e Organização Comunitária; avaliar a metodologia do Programa e o processo de implementação da proposta, problematizando seus resultados na perspectiva dos agentes, beneficiários e demais participantes do Programa.

Considerando que a Saúde Reprodutiva constituiu-se numa discussão chave no debate mais abrangente sobre saúde e inclusão social, nossa proposta parte, não só de reflexões acumuladas no campo acadêmico sobre este tema, mas também da constatação da premência de tratá-lo de forma sistemática e conseqüente e das parcerias possíveis neste tratamento. Afinal, para além de sua definição e abordagens essencialistas, trata-se de um problema sério, de dimensões físicas, psicológicas, sociais e culturais que afeta a população brasileira, especialmente os setores populares.

Junto à centralidade de sua temática, o enfrentamento desse problema tem grande rentabilidade numa proposta interdisciplinar e interinstitucional de investigação e ação social, por articular ações propositivas que podem envolver diferentes atores sociais (professores, alunos, técnicos, profissionais de saúde, demais gestores sociais, agentes comunitários e população beneficiária).

Do ponto de vista institucional, este trabalho possibilita reorientar a tradição que a Universidade Federal de Viçosa possui de construir parcerias com a sociedade, notadamente entre as agências de fomento e desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão, as organizações não-governamentais, e, particularmente, de atualizar esta tradição dando ênfase à inclusão de segmentos marginalizados, através da participação direta em políticas de promoção social.

Em suma, através da aproximação entre um programa de pesquisa e avaliação e uma proposta de intervenção direta, concorre-se para promover e fortalecer a participação de vários e distintos segmentos da sociedade no acompanhamento e aprimoramento dos serviços públicos de saúde.

Metodologia

As discussões e temáticas tratadas apontam, essencialmente, para uma dimensão subjetiva, demandam um tratamento teórico-metodológico de caráter qualitativo, capaz de contemplar a riqueza e expressividade desta dimensão.

Um primeiro aspecto refere-se á prática de pesquisa e extensão. Este trabalho está em estreito diálogo entre teoria e realidade empírica, tendo a indissociabilidade entre pesquisa e extensão como finalidades do trabalho acadêmico universitário, bem como uma concepção política coerente na construção do conhecimento.

O termo extensão não se refere à prática de estender algo a ou até alguém, classificada por Freire (1992: 22) como “antidialógica”, ou seja, a extensão ligada à transmissão, entrega, mecanicismo, invasão cultural. Afinal, “todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase ‘coisa’, o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, a formação e a constituição do conhecimento autêntico (...), a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações”. A extensão é concebida como uma prática educativa, a qual Freire (1992:69) aborda como “um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

Hoje, novos paradigmas científicos vêm sendo construídos com a contribuição das ciências sociais. Segundo Silva (1998:107), estes novos paradigmas possibilitam “transcender a ‘racionalidade’ de nossa sociedade ‘irracional’ buscando “superar as tradicionais dicotomias da racionalidade técnica, resgatando a natureza simbólica das práticas sociais, (re) descobrindo o signo da subjetividade e valorizando os processos cotidianos da vida.”

Estes novos paradigmas permitem que pesquisas sociais sejam tratadas como uma produção de conhecimento sobre uma determinada realidade, envolvendo a participação ativa de pesquisadores e pesquisados.

Demo (1996:36, 37) define o ato pesquisar como um “diálogo inteligente com a realidade, tomando-o como processo e atitude e como integrante do cotidiano”, o que entendemos ser possível alcançar somente através da organização e estruturação de uma metodologia coerente, ou seja, uma metodologia participativa.

Desta forma, a produção do conhecimento não se dirige só para aqueles que ocupam o lugar de pesquisador, mas também para aqueles sobre os quais nos debruçamos como “objeto” de investigação, que em última instância, é a realidade social.

Um segundo ponto a destacar, refere-se à natureza do objeto desta pesquisa, que trata de assuntos considerados como tabu em determinados grupos, portanto, elegeu-se um método de trabalho menos invasivo ou que melhor respeitasse a privacidade dos atores envolvidos.

O método escolhido incentiva a participação dos sujeitos propiciando a compreensão e a reflexão sobre questões mais amplas acerca da Saúde Reprodutivo-Preventiva.

A equipe de trabalho recorrerá a métodos como a realização de dinâmicas de grupo e demais metodologias participativas: diagnóstico participativo, chuva-de-ideias, escuta-ativa, dramatizações, produção de textos e oficinas de vivências, dentre outros, gerando um processo interativo e integrado que garanta a execução e avaliação da proposta.

O método do DRP é constituído por técnicas de caráter multidisciplinar que facilitam a visualização e a discussão de cada aspecto da realidade investigada. De acordo com Pereira e Little (s.d.) o caráter multidisciplinar não se refere apenas à formação da equipe de pesquisadores, “mas engloba as áreas de conhecimento correspondentes aos atores sociais envolvidos”.

No trabalho de equipe, a análise do DRP permite uma abordagem interdisciplinar, na qual inclui os sujeitos pesquisados como agentes do conhecimento produzido. Sobre este trabalho em equipe, utilizando as técnicas do DRP, Conway (In: Faria, 2000) acrescenta: “(...) a análise multidisciplinar envolve mais do que a simples existência de uma equipe de pesquisa ou de desenvolvimento que trabalhe bem em conjunto e que seja sensível às necessidades de uma boa comunicação. A geração de bons ‘insights’ interdisciplinares requer também conceitos organizativos e procedimentos de trabalho relativamente formais, ou seja, semi-estruturados.”

Finalmente, a implementação, monitoramento e avaliação participativa exigem sistematizar parcerias e possível formação de redes de ação, procurando reconhecer intercâmbios institucionais, destacando as redes de permutas realizadas através destas parcerias. Este monitoramento visa enfatizar dois aspectos fundamentais: a importância das perspectivas 'locais', especificamente as experiências, valores, informações e temas do ponto de vista daqueles cuja vida é diretamente afetada pelas problemáticas em questão e o contexto social diverso e complexo, notadamente a variedade de grupos sociais direta e indiretamente envolvidos no projeto e os fatores influentes à implementação do mesmo (desigualdades sociais e marginalização, valores socioculturais, mudanças no contexto político, dinâmicas institucionais, relações e redes e o papel de atores como agentes sociais e políticos).

Resultados e discussão

O PSF, no contexto dos programas de Saúde, constitui-se em um programa autônomo, vinculado ao Governo Federal - Ministério da Saúde - via Fundo Municipal, cujo objetivo é a prevenção e o controle epidemiológico, através da delimitação de grupos e áreas de risco, e do encaminhamento dos enfermos, a fim de manter-se mais próximo da comunidade.

Essa proximidade entre Programa e Comunidade, é garantida, de certa forma, pelo fato das Agentes Comunitárias de Saúde serem membros da própria comunidade, mas em Viçosa não é exatamente isto que acontece, pois têm Agentes Comunitárias de Saúde que trabalha no PSF de uma comunidade e mora em outra.

A proposta é que as Unidades de Saúde da Família tenham capacidade de atender as necessidades básicas de saúde da população, diminuindo assim, o fluxo de pessoas encaminhadas aos hospitais, em busca de serviços mais especializados e para isso deve contar com os equipamentos necessários para a resolução dos problemas desse nível.

Neste cenário, procura-se minimizar atitudes etnocêntricas entre pesquisadores e pesquisados, visando promover a reflexão crítica e a mobilização dos agentes para o trabalho proposto.

Através de visitas a entidades públicas e Secretária de Saúde constatamos que como em muitas cidades brasileiras, a saúde em Viçosa, ainda mantém-se de forma bastante centralizada.

A implantação de postos de saúde regionais não garantiu à população total independência dos hospitais e postos de saúde centrais.

Sendo assim, em 1994 o Ministério da Saúde visando reorientar o modelo assistencial brasileiro instituiu o Programa de Saúde da Família, que tem como propostas a reorientação do modelo assistencial a partir de uma concepção de saúde que não mais se oriente pelo atendimento à doença, mas que vise à melhoria da qualidade de vida das pessoas e atender as necessidades básicas da população e para isto as equipes de saúde devem conhecer a realidade das pessoas, os contextos familiares e a vida comunitária, compreendendo o indivíduo em seu contexto familiar e sociocultural (Costa Neto, 2000).

Enfatizamos a importância de cada etapa deste trabalho, desde a formação dos bolsistas, com participação nos cursos de extensão sobre Gênero, Corpo e Sexualidade, onde se discute a categoria Gênero e suas temáticas, e Metodologia Qualitativa e Perspectiva Antropológica que tem como objetivos promover uma incursão em 'consagrados' métodos e técnicas de pesquisa qualitativa em Ciências Sociais, enfatizando a perspectiva antropológica na construção e sistematização de dados; discutira a centralidade do 'trabalho de campo' na construção do conhecimento antropológico, problematizando as categorias e campo e cultura; problematizar o método funcionalista de B. Malinowski, o método de Radcliffe-Brown, o método hierárquico de L. Dumont e, finalmente, o método etnográfico e também apresentar e familiarizar os alunos com distintas técnicas e procedimentos metodológicos qualitativos: pesquisa participante, entrevista qualitativa, história oral e história de vida, grupo focal e

antropologia visual; caracterizar o processo de produção e sistematização de dada análise discursiva que garante o estatuto de dado ao depoimento/fala e ao texto escrito; apresentar algumas problemáticas numa abordagem antropológica, segundo o universo de interesse da turma (família, grupos populares, pobreza, religião, sexualidade, saúde, juventude e violência) e também introduzir práticas inerentes à formação em pesquisa qualitativa, problematizando aspectos práticos da investigação; também nas oficinas de treinamento para estarem atuando na realização do trabalho e na elaboração de um planejamento e sua realização numa ação conjunta com os atores envolvidos.

Sendo assim, os resultados esperados deste trabalho são: realizar uma Agenda de Intervenção Direta, formando multiplicadores no trabalho de Informação, Educação e Comunicação (IEC), em temas ligados à Saúde da Mulher.

Estes educadores sociais consolidarão uma experiência formativa executando um treinamento de Agentes Comunitários de Saúde. Pretendemos atualizar e ampliar os serviços e programas de saúde reprodutiva das comunidades abrangidas, principalmente os referidos bairros de Viçosa atendidos/beneficiados pelo Programa de Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Visamos otimizar o sistema de informação, educação e comunicação em saúde preventiva, promovendo uma parceria importante entre Poder Público, Universidade, Sociedade e Comunidades, na consolidação de políticas de promoção à saúde comunitária.

Por fim, realizaremos uma revisão, reprodução e promoção de um material educativo informativo, como o texto de mobilização/comunicação popular, com o objetivo de sensibilizar a comunidade para a problemática da Saúde Reprodutivo-Preventiva em Comunidades Populares e um vídeo etnográfico, discutindo a temática tratada numa perspectiva local.

Conclusões

A nosso ver, a realização de um trabalho de extensão é imprescindível, face às situações pertinentes à vida e à realidade das pessoas envolvidas. Destaca-se aqui o caráter interdisciplinar da equipe envolvida na pesquisa. A intercomunicação entre as várias áreas do conhecimento permite o enriquecimento das discussões instrumentalizando uma reflexão acerca de conceitos e categorias ampliando as perspectivas de ação sobre a saúde reprodutivo-preventiva.

Nesse sentido, trabalhar a saúde reprodutiva e comunidades populares exige priorizar dois recortes fundamentais, articulando as categorias gênero e classes populares para compreender a realidade específica investigada e, ainda, propor ações que atendam as singularidades socioculturais da mesma.

Afinal, no âmbito do presente trabalho considerar e combinar os recortes de gênero e classe social torna-se central à compreensão da temática trabalhada, à interpretação da realidade cultural investigada e, sobretudo, às propostas de ação direta nesta realidade.

Em suma, compreendemos a saúde reprodutivo-preventiva como um dos problemas mais sérios que afeta a população brasileira e que, por isso mesmo, se constitui numa questão com grande potencial mobilizador, tanto em termos acadêmicos, quanto de ação social.

Referências bibliográficas

BILAC, Elisabete D. e ROCHA, Maria I. B. Introdução. In _____ (org). Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe: Temas e Problemas. 34. ed. Campinas: PROLAB/ABEP/NEPO/UNICAMP/São Paulo: 1998. 488p.

COSTA Neto, Milton Menezes (org.) A implantação da Unidade de Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde; Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2000. 44p.

DEMO, Pedro. Pesquisa : Princípio Científico e Educativo. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1996. 120p.

FARIA, Andréa A. da Cunha. O Uso do Diagnóstico Rural Participativo em Processos de Desenvolvimento Local: um Estudo de Caso. 2000. 111 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 10. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992. 93p.

PAULILO, M.I. O Peso do Trabalho Leve. Ciências Hoje, v.5. n.28. p.27-48, 1989.

PEREIRA, José Roberto; LITTLE, Paul Elliott. DRPE – Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador: A Base para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos da Reforma Agrária. [s.e.] [s.d.], 20p.

SILVA, Lourdes Helena da. Representações Sociais e Educação: Refletindo sobre as Possibilidades de um Diálogo. Psicologia em Estudo, DPI/CCH/UEM, 3 (1), 1998, p.105-124.

SORJ, B. O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-Modernidade. In: _____ . Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. P.15-23.